

COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 163/2025.

PROCESSO DIGITAL Nº 43.211/2025 DE 28/08/2025.

AUTOR: ESCRIVÃO PARMA

ENVIADO À COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO

RELATOR - VEREADOR MARCIO BERBET

O Vereador **Escrivão Parma**, no uso das atribuições, apresentou para deliberação desta casa, o Projeto de Lei nº 163/2025, através do Protocolo nº 43.211/2025, em 28 de agosto de 2025 que, **ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 4622, DE 16 DE JANEIRO DE 2024, QUE DENOMINA “ALAMEDA TELVI BARZOTTO” O ESPAÇO EXISTENTE (CALÇADÃO) DE 1.637,56 M², EM FRENTE OS LOTES 15 A 21 E 22 E 23, ENTRE AVENIDA JORGE WALTER, RUA SÃO JOSÉ E RUA SANTA CRUZ.**

1. RELATÓRIO

Em 08 de setembro de 2025, o presente Projeto de Lei foi incluído no expediente da 25ª Sessão Ordinária para conhecimento da matéria pelo Excelsior Plenário, sendo encaminhado, posteriormente para a Procuradoria-Geral, que em sua oportunidade apresentou o Parecer Jurídico sob nº 1.148/2025, com manifestação favorável a tramitação do Projeto de Lei em análise

Recepcionado pela Comissão Permanente de Legislação e Redação, pelo Vereador/Presidente **Escrivão Parma**, qual prontamente designou-me Relator da matéria.

É o relatório.



**MARCIO
BERBET**



2. ANÁLISE DE MÉRITO E LEGALIDADE

2.1 Da Constitucionalidade e Legalidade da Iniciativa

A iniciativa para projetos de lei que dispõem sobre a denominação de próprios e logradouros públicos é de competência concorrente, podendo ser exercida por membros do Poder Legislativo, como é o caso. Não há, portanto, vício de iniciativa na proposição do Ilustre Vereador. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente afirmado a autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local, desde que observados os princípios constitucionais e as normas gerais.

- ADI 3.708/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, Tribunal Pleno, julgado em 09/05/2007, DJe 21/09/2007: Embora trate de matéria diversa, o precedente reforça a competência do município para legislar sobre assuntos de interesse local, o que inclui a denominação de logradouros públicos.
- RE 603.208 AgR/MG, Rel. Min. Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 20/08/2013, DJe 04/09/2013: O STF reafirmou a autonomia dos entes federados para dispor sobre suas peculiaridades locais, desde que não haja afronta a princípios ou normas constitucionais.

2.2 Dos Princípios da Administração Pública

- Legalidade: A proposição deve observar estritamente a Lei Municipal nº 2.815/2011, que disciplina a denominação de próprios e logradouros públicos, bem como a Lei nº 4.039/2019, que veda homenagens a pessoas condenadas por atos de corrupção, improbidade ou crimes contra a pessoa. A alteração proposta, que consiste na adição de um título honorífico, não parece colidir com os requisitos ou vedações dessas leis, mas sim complementá-los.
- Impessoalidade: A alteração proposta visa aprimorar a homenagem prestada, conferindo maior precisão ao nome do homenageado ao incluir sua titulação religiosa de "Diácono". Tal acréscimo não desvirtua o caráter impessoal da homenagem,

**MARCIO
BERBET**

mas o qualifica, reconhecendo uma faceta relevante da vida pública e comunitária do Sr. Telvi Barzotto, conforme detalhado na Mensagem Justificativa.

- **Publicidade:** O processo de alteração de denominação de logradouro público, desde a proposição até a sanção da lei, deve ser transparente e acessível à população, permitindo o conhecimento e a participação social. A tramitação do presente Projeto de Lei, com a devida publicidade dos atos, garante a observância deste princípio.

- **Moralidade:** A inclusão do título de "Diácono" no nome do homenageado reforça o reconhecimento de sua dedicação ao serviço comunitário, religioso e social, conforme a Mensagem Justificativa. Não há qualquer indício de que o Sr. Telvi Barzotto se enquadre nas vedações da Lei nº 4.039/2019. Pelo contrário, a homenagem a um diácono sublinha valores éticos e morais relevantes para a comunidade.

- **Eficiência:** A alteração proposta, ao tornar a denominação mais precisa e completa, contribui para a eficiência na comunicação e no reconhecimento público da pessoa homenageada, evitando ambiguidades e enriquecendo o significado do logradouro.

3. VOTO

Ante as razões de fato e de direito apresentadas, e considerando a natureza da alteração proposta, que visa aprimorar a homenagem já prestada, **VOTO FAVORÁVEL**, considerando a constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 163/2025.

SALA DAS SESSÕES DO PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO,
Estado do Paraná, em 17 de outubro de 2025.



MARCIO
BERBET





PODER LEGISLATIVO DE CAMPO MOURÃO
ESTADO DO PARANÁ

RUA FRANCISCO FERREIRA ALBUQUERQUE 1488 - TELEFAX (44) 3518-5050 - CEP 87302-220

C.N.P.J. 79.869.772/0001-14

CONTATO@CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

WWW.CAMPOMOURAO.PR.LEG.BR

GABINETE VEREADOR MARCIO BERBET


MARCIO BERBET

Vereador
RELATOR

VOTOS DOS MEMBROS DA COMISSÃO LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO – PL 163/2025.

O Vereador – Presidente **Escrivão Parma**, se manifesta aos termos do parecer:

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura: 

O Vereador – Membro **Ibnéias Teixeira** se manifesta, aos termos do parecer:

☒ Favorável

☐ Contrário

☐ Ausente

Assinatura: 

**MARCIO
BERBET**